

O PAPEL DA LITERATURA NA RECONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

LITERATURE'S ROLE IN THE RECONSTRUCTION OF SUBJECTIVITIES

Roberto Bueno¹

RESUMO

Este artigo tenciona apresentar as incongruências de teorias acerca da verdadeira, boa, justa organização social a partir da negação rortyana das teorias platônicas sobre essas categorias. Pretendemos debater as possibilidades de estruturação de uma sociedade aberta democrática, disponível às (re)construções de seus agentes históricos conforme informe de suas subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE

1. Contingência; 2. Autoreconstrução; 3. Subjetividade; 4. literatura; 5. Rorty.

ABSTRACT

This article want to show the incongruences about theories on the true, good and fair society organization using the rortyan theory to oppose platonic theories like this. In this way, I will take care to discuss the possibilities to organize an open democratic society, open to reconstructions by his historical actors according his own subjectivities.

KEY-WORDS

1. Contingency; 2. Selfreconstruction; 3. subjectivity; 4. literature; 5. Rorty.

¹ Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pelo UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília.
E-mail: rbueno_@hotmail.com

1 O PAPEL DA LITERATURA NA RECONSTRUÇÃO DE NOSSOS LÉXICOS. EM TORNO À CONTINGÊNCIA

A literatura é um instrumento promissor, provavelmente mais do que a filosofia, quando temos em perspectiva um processo de autoreferenciação. Essa autoreferenciação deriva do processo de reconstrução de nós próprios a partir de nossa ocupação em reconstruir nossos léxicos, algo que repetidamente se faz necessário porque vivemos em situação de contingência, vale dizer, transitoriedade ou historicidade.

A realidade empírica não raro obstaculiza seriamente ao processo de afirmação dos seres históricos, tão díspares, de trajetórias e personalidades singulares. Aqui nos deparamos com um óbice ao qual devemos estar atentos. Neste sentido, seguramente, Rorty diria que a literatura suplanta a capacidade da filosofia para alimentar nossa tarefa de reconstrução de nossos léxicos, de nossa procura por reescrever e redescrever/reposicionar² a nós próprios e às nossas circunstâncias e perspectivas com o escopo de tornar-nos versões melhores de nós próprios.

Estamos envoltos em uma busca por nos tornarmos apenas versões melhoradas de nós mesmos, antes do que bem acabadas ou perfeitas. Para isto nos deparamos com a realidade de que apenas através de contínuas redescrições e reposicionamentos de nossos velhos referenciais, de nossos anteriores léxicos, é que poderemos vislumbrar tal objetivo. Mas, se o método é este, qual a fonte inspiradora para realizar e empreender tal tarefa?

Nossa sugestão é de que para esta atividade a literatura se demonstra bastante eficiente, capaz mesmo de estimular o diálogo com outros léxicos e realidades, tão ou mais ricos que os nossos próprios. Isto nos distancia do discurso filosófico de cunho metafísico, cuja preocupação platônico-aristotélica – posteriormente também refletida na hegeliana diferenciação entre objetivo e subjetivo, objeto e sujeito – com a definição do bom e do mau, do bem e do mal, do vício e da virtude, do justo e do injusto e do verdadeiro e do falso. Ao estabelecer essas dicotomias e oposições, desde os clássicos do Iluminismo grego como Platão e Aristóteles, esta tradição de pensamento termina por excluir outras tantas versões acerca desses

² O motivo fundamental para que repensemos a disponibilidade única do vocábulo redescrição e entendamos como tão ou mais adequado o de reposicionamento deve-se a que aquele sujeito que redescreve o faz com vistas e referência a uma essência, à uma propriedade em si que se pensa inerente à coisa. Já aquele que se reposiciona o faz antecipando tratar-se de uma atividade, que se dá como estágio de um processo que não conhece termo.

temas. No entanto, estas verdades expressas através de binômios poderiam ser denominadas, parafraseando Wilde, de “verdades de máscaras” (1997, p. 24).

Este discurso metafísico excludente parece ter revelado profunda inclinação pela busca de verdades ou realidades últimas; ao menos é o que nos indicam diversas correntes e tradições filosóficas, cuja característica recorrente é a consagração do discurso excludente de todas as demais perspectivas e narrativas. Portanto, por definição, o conceito de metafísica apresenta-se como excludente da pluralidade e, por conseguinte, daquele valor que nos parece essencial à vida humana, a saber, a liberdade. Desta forma, antes de dedicar-nos à preocupações de ordem metafísica, transcendentais e fundacionais da vida – daí que Rorty, antes que antimetafísico, prefira ser chamado de antifundacionista –, melhor faríamos ao ocupar-nos da fonte que disponibiliza ricas narrativas viabilizadoras de discursos que podem dotar de sentido nosso contínuo processo de afirmação da autoreferenciação através da redescrição e reposicionamento de nossos léxicos.

Vai tornando-se progressivamente claro que o que visamos nesse trabalho é, apenas – e talvez isto já se constitua tão expressivo quanto inalcançável pretensão – a dedicação à disseminação da idéia de que, antes do que visar à verdade ou qualquer estágio de plenitude ou idealidade, mais real e objetivamente, embora não destituído de certo viés utópico, ao que podemos seriamente nos propor é tornar-nos menos cruéis. Não parece que este seja um cometido exatamente pouco ambicioso. Ao contrário, a tarefa de “convertirnos en la mejor versión de nosotros mismos” (RORTY, 2000, p. 16) parece ser um desafio suficientemente profundo para que lhe atribuamos um caráter meramente secundário. Enfim, poderíamos propor a renovação da máxima de Protágoras de que o homem é medida de todas as coisas ao dizer que nossa preocupação com nossa redescrição e reposicionamento deve constituir-se na medida dos arranjos sociais.

Quanto ao conteúdo, não obstante, deveríamos admitir que a máxima de Protágoras não constitua a melhor versão, como seguramente não é, e nem mesmo uma versão ótima nem última na medida em que é uma versão marcada pela fragmentação e pela transitoriedade com que nos percebe a todos os humanos. Neste sentido, ao recuperar Protágoras recordamos Chesterton. O autor se aproxima do grego ao afirmar que “há algumas pessoas” – e eu sou uma delas – que pensam que a coisa mais prática e importante relativamente a um homem é ainda sua visão do universo” (apud JAMES, 2005, p. 25). Isto nos sugere que há uma visão de que a multiplicidade de homens e que cada um deles possui, potencialmente, uma visão de

universo à qual procuram afirmar em suas experiências de vida e com redescrições e reposicionamentos díspares igualmente válidas, únicas para construir versões melhoradas daquilo que subjetivamente compreenda-se como “nós mesmos”.

Mas como abranger essas reflexões em uma mesma dimensão espaço-temporal? Neste trabalho a perspectiva é eminentemente rortyana. Isto equivale à admissão de que privilegiamos a forma imaginativa antes do que uma de corte puramente racional como meio de apropriação do real. Ao atuar como sujeitos autoconstruídos – o que equivale parcialmente àquilo que Rorty denomina autore-descrição ou, como poderíamos dizer, reposicionamento –, então, projetar ao nosso livre alvedrio o futuro, quer para transformá-lo, quer para mantê-lo implica, em qualquer caso, afirmar nossa titularidade de um processo histórico que virtual e realmente nos pertence, algo de há muito ressaltado como, por exemplo, por Emerson quando nos diz que “o grande homem sabe que os eventos são seus servos” (1953, p. 261). Dono de suas circunstâncias, embora não senhor absoluto de todas elas, ele dispõe de instrumentos que lhe permitem a fundada esperança de afirmar-se como sujeito histórico através de sua redescricao/reposicionamento.

Mas se o homem é este guia de si mesmo, qual, então, o instrumento para percorrer tal caminho grandioso? Sugere Rorty tratar-se da imaginação. Segundo ele a imaginação é a habilidade que uniu homens como Freud, Cristo e Newton e Marx no sentido de redescrever o mesmo mundo que já conhecemos parcialmente (cf. 1999, p. 87). Nosso futuro, portanto, encontra-se ligado a esta nossa capacidade imaginativa e de como lançaremos mão dela para construí-lo em termos que permitam fazer dele um lugar melhor e mais rico para se viver do que aquele em que vivemos e do que viveram nossos antepassados.

Podemos com folga imaginar que Rorty diria que nesta tarefa de construção do futuro nossa imaginação tem ainda um outro aliado, a saber a literatura. Trata-se de admitir que ela é mesmo o melhor veículo, ou seja, que nela estão “[...] [los] más eficaces de la educación moral son las novelas y no los tratados de moral” (RORTY, 2000, p. 24). Efetivamente, a experiência histórica assim como do mundo editorial apenas parece confirmar a ideia de Rorty.

Tendo em vista este trecho da obra rortyana, talvez devamos recordar a expressa indiferença de Napoleão com aqueles a quem coubesse legislar, isto sim, sempre e quando respeitado o pressuposto de que resultasse livre para escrever suas canções. Do que necessitamos para que possamos nos afirmar como sujeitos de nossa história não é nada muito diferente do que as condições socioculturais e

jurídicas de que possamos, como diz Napoleão, escrever nossas próprias canções.

A proposta aqui presente converge com a máxima napoleônica na medida em que entendemos que as ciências humanas não podem criar discursos abrangentes e herméticos ao tempo em que instituidores da liberdade. O primeiro é instrumento obstaculizador, antes que facilitador, do valor liberdade. A filosofia representa a área do conhecimento que nos disponibiliza mecanismos que enfrentam e desconstituem as liberdades e, nesse sentido, nossas melhores chances de empregarmos no processo de autodescrição ou autoreposicionamento.

Por força desta característica de uma tradição filosófica baseada na afirmação do forte papel da razão iluminista, o papel da literatura sobrepõe-se a ela. De forma similar, o preenchimento desse espaço de liberdade proporcionado pela literatura por parte de nossa subjetividade para que escrevamos nossas canções e melodias deveria condizer e satisfazer-nos nas circunstâncias dos nossos novos tempos e aos desafios que eles nos põem. Esse ponto de vista se confirma nas observações disponibilizadas por Bloom e Rorty de que a maioria dos indivíduos não encontra na atividade de leitura um instrumento de busca e redenção ou mesmo para entender profundamente os seus significados. Antes, o que buscam, é o que de distração ou entretenimento a literatura possa oferecer (cf. RORTY, 2006, p. 77). Contudo, será nesta sua atividade, conjugada com o bom ofício do escritor, onde poderá encontrar novas narrativas na literatura e propostas alternativas para abordar e aprofundar o seu projeto de redescricao ou reposicionamento.

2 CONTINGÊNCIA COMO ESPAÇO PARA A LIVRE AUTORECONSTRUÇÃO

Tendo exposto como o conceito de ciência se apresenta limitado e que o de Razão, que lhe perpassa, encontra-se não menos em xeque³ quanto à validade de sua pretensa amplitude, assumimos a importância da categoria contingência para o processo de autoreconstrução. Contingência e autoreconstrução são duas das palavras-chave desse ensaio e duas ideias centrais que se retroalimentam. Quando falamos de contingência o fazemos em contraposição ao continente, ou seja, antepomos o transi-

³ Abrir o debate sobre o estágio atual do conceito de Razão em um trabalho inspirado em boa parte na filosofia de Rorty não nos aproxima ao irracionalismo, até mesmo porque, como reconhece insuspeitadamente Tugendhat, nossa fonte, Rorty, "não é precisamente um irracionalista" (2003, p. 131).

tório e fragmentário (mas não necessariamente fugaz ou etéreo) ao definitivo e integralizado. Nossa valorização do contingente dá-se à esteira da filosofia de Nietzsche que nos afirma que a “história inteira é a refutação experimental da sentença da dita ‘ordem moral universal’” (RORTY, 2006, p. 103). Nega-se, portanto, a integralização dos experienciados em prol da concepção de sua historicidade e afirma-se o mundo das contingências contra o império total e definitivo (quando não com pretensões de definitivo) de uma razão de viés abertamente totalizante.

Os conceitos de contingência e autoreconstrução aparecem apenas de forma instrumental. O que realmente está por trás do argumento deste trabalho é a preocupação com a crise do conceito de verdade e, por conseguinte, com os limites que podemos vivenciar sobre o conceito de certeza. O conceito de certeza encontra-se exposto aos corrosivos efeitos do tempo e do espaço, impondo transitoriedade aos efeitos que produz.

Uma de nossas preocupações é que os discursos que permeiam a cultura e, também, a vida jurídica com não menor destaque, manifestam dependência da assunção do conteúdo de verazes e verdadeiros. Este conceito mantém íntima conexão com a arte e a crítica de arte que em seus cânones manifesta ojeriza pela fraude, pela imitação à obra do mestre, que bem pode ser falsificador hábil mas de arte não reconhecida.

A marca da contingência do homem, de seus valores e instituições, é sua inserção no tempo e no espaço. É nesse contexto que desenvolvemos nossas ações segundo as potencialidades e as limitações impostas por essas categorias. Nesse contexto, no processo de autoreconstrução nos enfrentamos a “lutar com palavras / [que] é a luta mais vã. / Entanto lutamos / mal rompe a manhã” (DRUMMOND DE ANDRADE, 2002, p. 102). Esses nossos embates com os vocábulos também nos percatamos de sua contingência, fruto de uma boa luta como a anunciada por Drummond de Andrade, uma vez que atesta que vivemos, que duvidamos e voltamos a atender a nós mesmos, enfim, como dizia Wilde, é mesmo bela a sutileza que existe na dúvida (cf. 1997, p. 27) a qual, realmente, nos distancia da mortificação em vida, que tudo seja como sempre foi é a mortalha da qual queremos nos distanciar aqueles que queremos sentir o pulsar palpitante da vida.

Sentir este palpitar da vida equivale à aceitação de sua transitoriedade e contingência, já bem lembradas por Horácio ao dizer que

[...] assim como as florestas mudam de folhas no declinar dos anos, e só as folhas velhas caem, assim também cai em desuso a velha geração de

palavras e, à maneira dos jovens, as que há pouco nasceram em breve florescem e ganham pleno vigor. Nós e as nossas obras estamos fadados para a morte. (2001, p. 59).

Ora, este indefectível signo da contingência exposto por Horácio também se traduz em nossa construção de léxicos e vocabulários que nos tornem versões melhoradas de nós mesmos. O pragmatismo em sua versão clássica aproxima-se dessa concepção de Horácio ao enunciar que “a verdade que nós podemos atingir é apenas humana, falível e mutável como tudo que é humano” (RUSSEL, 1970, p. 101). Estas folhas que caem das árvores de Horácio são como os vocabulários que precisamos inventar e reinventar. São eles que nos permitem reconstruir-nos incessantemente, tanto para que nossas redescições pessoais possam ter lugar na objetivação de nossa subjetividade profunda como quanto para manter aberto diálogo com o novo léxico das novas gerações.

Nossa construção reclama uma continuidade que não é repetição. Por este motivo temos de dar continuidade à reelaboração do nosso vocabulário e do léxico, cuja marca é a precariedade. Assim, por recuperar a poética drummondiana, mal rompe a manhã e já percebemos o quanto a nossa luta é (ou foi) vã ou, pelo menos, perpassada por tão intensa transitoriedade que nos exige contínuas redescições e readequações.

Os movimentos humanos no tempo e no espaço, no marco filosófico das considerações de certeza e verdade, suscitam limitações objetivas (físicas) e subjetivas (psíquicas) às ações humanas. Elas nos colocam sob estrita e diuturna vigilância, enfrentando-nos com nossas idiosincrasias, evidenciando a vaga ideia que temos da projeção concreta que nossa subjetividade pode produzir no mundo objetivo (empírico) ainda mais, nossa possibilidade de acercamento ao conhecimento. Neste sentido somos menos proclives ao ceticismo do que à sabedoria poética de Drummond de Andrade ao dizer que

No céu também há uma hora melancólica.
Hora difícil, em que a dívida penetra as almas
Porque fiz o mundo? Deus se pergunta
E se responde: não sei
(2002, p. 108).

Todo nosso problema se sintetiza no sincero olvido dessa nossa limitação

já reconhecida pela divindade drummondiana, pelo onisciente desconhecimento não só da realidade do ser, mas, o que é mais, do por que o ser e as coisas aí estão. Nem ele sabe, perante este tipo de problemas, e dos encaminhamentos propostos no parágrafo anterior, sugerimos a criação de melhores condições para que essa projeção de nossa subjetividade não sofra de um certo grau de, digamos, esquizofrenia, por um lado, aspecto subjetivo, propondo dimensões oníricas ao real (empírico) e, por outro, material, insistindo em sua irrealizabilidade?

O viés dessas reflexões não é, exatamente, o de buscar respostas para todas as questões aqui expressas ou meramente implícitas nesse trabalho. Acreditamos na indicação nietzschiana de que se percebia “demasiado malicioso para crer em si mesmo” (NIETZSCHE, 2008, p. 102) e, nesse sentido, pouco afetos a conceder crédito à versão de que podemos elaborar alternativas de cunho normativo. Isto sim, sugerimos quão auspiciosa é sua abordagem a partir do alto teor libertário – ao tempo que promissor – que a literatura possui, sem olvidar, como sugere Emerson, de que os livros não servem para nada mais do que inspirar-nos (cf. 1965, p. 100), uma vez que nossa é a tarefa de construir a nós mesmos, e não de dirigir-lhes os rumos.

Esta é, portanto, a perspectiva que propomos seguir à luz da filosofia de Rorty, cujos firmes referenciais destituem a razão filosófica de seu posto de guia condutor ao saber e, assim, abrindo espaço à valoração da narrativa literária como possuidora de um papel emancipador.

Em um contexto de contingência e transitoriedade dos valores e instituições, o processo que denomino de autoreconstrução ocupa lugar. Adotássemos tão somente o conceito de autoconstrução e o conceito não pareceria suficientemente amplo, uma vez que linear, aparentando que nos dedicamos à nossa construção, como se essa tivesse lugar unilinearmente. Por outro lado, ao lançarmos mão do conceito de autoreconstrução sugerimos que esta nossa dedicação a ela se dá de forma plurilinear, e que não tem uma ocorrência temporal definida, senão que se trata de um processo, um *continuum*. Ele dura toda nossa existência e não tem apenas um, mas diversos referenciais possíveis. Esses referenciais nos resultam úteis para que possamos encomendar-nos com mais chances de sucesso à nossa tarefa de tornar-nos versões melhores de nós próprios.

Nossa inclinação é pelo entendimento rortiano de que a literatura é o melhor caminho porque aberto e potencializador do imaginário, dotado de múltiplas possibilidades narrativas, cuja riqueza se afirma precisamente neste ponto. A arte afirma-se neste diapasão, seja ela escrita, pictórica ou filmada. No cinema,

por exemplo, até há pouco nos parecia definitiva a magistral interpretação de Jack Nickolson do personagem Coringa. Parecia mesmo que desfrutaria da reputação de definitiva.⁴ De fato, novas interpretações não lhe retiraram a leitura de antanho, permanecendo apropriado, portanto, o adjetivo magistral. Contudo, a “definitividade” de tal interpretação lhe foi arrebatada pelo diálogo mais intenso com a personagem que foi mantido através da interpretação de Heath Ledger, atento aos movimentos geopolíticos do trágico 11 de setembro norte-americano.

É esta trilha de riqueza das artes, e em especial a da literatura, a trilha que propomos seguir aqui. A entendemos perpassada pelo mais alto nível de poder emancipatório. Algo em que o discurso de Emerson aproxima-se ao de Kant é precisamente nessa dimensão emancipatória e de busca da autonomia pelos indivíduos, a saber, em sua afirmação de que nós somos os criadores das nossas circunstâncias assim como de nossas vidas (cf. 1965, p. 108-109), daí o inescrutável valor de em algum momento nos ocuparmos dela.

3 O VIÉS LIBERTÁRIO-EMANCIPADOR DA LITERATURA

O que foi dito até aqui anuncia a percepção de que a literatura e seu potencial crítico possuem um viés libertário. Isto conecta com uma dimensão visceralmente importante quando objetivamos nos aproximar de problemas que se apresentam mais seriamente constitutivos do vital. Daí, portanto, termos de voltar atenções desde outra ótica às categorias contingência e autoconstrução.

Quando lançamos mão da categoria contingência o fazemos segundo os anunciados referenciais teóricos propostos pela tradição rortyana. Isto quer dizer que a perspectiva na qual este trabalho se desenvolverá entende o ser humano como um ser-á-no-mundo, visto e auto-entendido como livre ator em meio às circunstâncias vitais não plenamente controláveis mas, nem por isto não sujeitas ao ímpeto desafiador (e desafiante) de todos quantos procuram redescrever suas circunstâncias e a si mesmos. Isto é algo que se apresenta a setores, como os pragmatistas, como bastante desejável.

Tal opção pela admissão expressa da incontrolabilidade de muitas circuns-

⁴ Esta observação pode desenvolver a partir de texto do crítico de cinema paulista Luiz Carlos Merten (2008, p. D8), que atentamente a publicou através de pequena nota quando do lançamento do filme *Batman Begins*.

tâncias vitais têm lugar por força dos nefastos reflexos morais e políticos que o controle social historicamente produziu sobre as vidas humanas, sufocando o mundo da imaginação, constitutivo de tudo quanto nos é sugerido como essencialmente real.⁵ Aí o fortuito perdeu inocência e, com isto, fez retroceder o imaginário criativo e criador.

Desde logo, com o dito até aqui acerca da riqueza libertária da literatura e do farto material que ela oferece para nossa redescrição e autoreconstrução não excluímos, senão que se supõe, a necessidade de controles sociais básicos tais como o direito. Isto sim, ao que nos opomos, é a exacerbação das funções dos mecanismos sociais de controle, o que sufoca as possibilidades de objetivação de nossas subjetividades, enfim, obstaculizam forte e firmemente ao ser-aí-no-mundo. A nossa perspectiva do “mundo vivido” (Lebenswelt) frente ao qual as restrições discursivas de um modelo científico marcado pela abstração são consideráveis. Neste sentido tem lugar a observação de Moutinho de que “[...] o mundo da vida, classicamente, sempre foi o mundo da contingência, da experiência circunstanciada, cambiante, imediata, particular, não necessária, não universal” (1998-99, p. 52). Quando as coisas se põem de maneira diversa isto obsta a que os indivíduos possam desenvolver sua subjetividade e ao projetá-la, autorealizar-se. Ao que nos opomos, portanto, é ao superdimensionamento das possibilidades de objetivação de nosso eu subjetivo.

O conceito de contingência encontra-se ligado à perspectiva de autoreconstrução individual trabalhada nesse artigo. Muito embora esse estudo não permaneça aqui direta e intimamente ligado ao aprofundamento ou radicalização do construcionismo moral kantiano, é certo que não rechaçamos certos aspectos da ética kantiana tão definitivamente como o fazem Rorty e seus discípulos neopragmáticos. Neste sentido, aceitamos algo da crítica habermasiana de que não podemos tentar implementar a máxima rortyana de diminuir o sofrimento humano e também aumentar a igualdade (cf. RORTY, 1999, p. XXIX) entre os homens senão contrariando um dos núcleos da filosofia do norte-americano ao tentar descobrir qual a coisa certa a fazer do ponto de vista moral (cf. HABERMAS, 2005, p. 82). É aqui que defendemos a sobrevivência de algo da ética kantiana em detrimento de parte da argumentação rortyana.

A perspectiva de autoconstrução através da elaboração de um vocabu-

⁵ Não muito diferentemente, diz Nietzsche que na medida em se dê o aumento do sentido (mundo) da causalidade, por outro lado, aumenta a extensão do domínio da moralidade e decresce (cf. 1948, p. 36). Enfim, se trata de que assemelhamos aqui a ideia de controle social à afirmação da causalidade nietzschiana.

lário próprio pode ter lugar na medida em que entendemos que o indivíduo que se encontra no mundo dispõe de opções morais, muito embora em nenhuma ou através de nenhuma, alcance a plenitude através da tentativa de objetivar sua subjetividade. Esta tentativa deve encontrar inspiração nas diversas narrativas literárias. São elas que permitem a autoreconstrução de si próprios a partir da reconfiguração de seu léxico. Para tanto, quanto maior o número de referências literárias de que tenhamos, maior será a riqueza de que disporemos para o cometido de dar início às atividades de reconstrução léxico-narrativa. Este é, por si só, um forte e suficiente motivo para fomentar nosso interesse pelos problemas que a linguagem apresenta para que levemos a termo nossas próprias narrativas.

Na medida em que tenha êxito nesse processo autoredescritivo o indivíduo em processo de afirmação logra distanciar-se de todas as demais subjetividades afirmando positivamente – muito embora o faça sempre transitariamente –, todas as dimensões particulares que mais se aproximam de sua própria individualidade. O distanciamento da projeção objetiva de nossas subjetividades é o que nos encaminha à desconfiguração como indivíduos ou, em outros termos, à homogeneização, à massificação pura e simples.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da primeira parte desse ensaio é a de suscitar a importância libertária da narrativa, de sua supremacia sobre a razão quando tenhamos a liberdade como desiderato. Da mesma forma consideramos a posição da literatura relativamente à filosofia e, enfim, de toda construção sobre o já construído. Isto, contudo, não se dá desde uma abordagem kantiana senão, isto sim, partindo da perspectiva rortyana e, sob sua inspiração, buscando fontes literárias para aproximar-nos a um conteúdo essencialmente filosófico. Acreditamos poder dizê-lo porque, como veremos, parece ser que a filosofia não pode abranger a considerável amplitude dos temas a que se propõe assim como àqueles que, visceralmente, interessam aos seres humanos.

A possibilidade de conhecer a essência de nossos interesses vê-se irretorquível e fortemente limitada quanto à possibilidade de acesso ao conhecimento. Sua estreiteza, de resto, encontra boa representação na ampla e profunda história da filosofia já é sabedora. Essas limitações tornam movediça a areia das precárias certezas sobre as quais pretendemos nos mover vida afora.

Dentre os múltiplos conjuntos de limitações impostos ao conhecimento filosó-

fico encontramos o necessário elo com a poética libertária. Sugerimos que a poética libertária encontra na literatura a sua melhor forma de expressão e a mais acessível forma de compreensão e enriquecimento a quem objetive construir sua própria narrativa. Isto encontra tradução naquilo que Whitman denominou de “a qualidade melódica da terra”. (2007, p. 191).

Não acreditamos que essa qualidade melódica da terra sugerida por Whitman possa ser encontrada através de buscas metafísicas e por verdades imanentes. Um trecho bastante ilustrativo a este respeito nos é oferecido por Rorty em artigo intitulado “Para emancipar a nossa cultura”. (Por um secularismo romântico), oportunidade em que diz o seguinte:

Platão e o pensamento filosófico grego em geral consideravam nossa habilidade para conhecer e, mais especificamente, para conhecer uma realidade não-humana a potencialidade humana crucial. Os pragmatistas querem colocar a esperança social no lugar que o conhecimento tem tradicionalmente ocupado. (2005a, p. 88).

Esta ideia foi trabalhada já na abertura deste texto quando chamávamos a atenção para a teoria da verdade como correspondência de Platão, que supõe, implicitamente, um referencial, uma realidade não-empírica, capaz de servir como paradigma para toda validade possível com esta temática. Esta ideia converge nosso raciocínio e é reforçada por Rorty em uma de suas obras políticas mais penetrantes, “Philosophy and Social Hope” (1999). Nela sustenta que “Plato and Aristotle were wrong in thinking that humankind’s most distinctive and praise worthy capacity is to know things as they really are – to penetrate behind appearance to reality⁶ [...]” (RORTY, 1999, p. xiii). Esta observação de Rorty sintetiza a maior objeção que levantamos nesse trabalho.

A rigor, mesmo partindo da ideia da substituição de um empreendimento cognoscitivo puramente alicerçado nas possibilidades da racionalidade, nos inclinamos pela necessidade apontada por Rorty de investigar as possibilidades de que a esperança também cumpra seu papel (cf. 1999, p. 88). Nossa perspectiva também se aproxima da de Ferry-Renaut quando sustentam que “se [...] há algo próprio ao homem,

⁶ Em uma tradução livre, podemos dizer que “Platão e Aristóteles estavam errados ao pensar que a mais singular e capacidade mais digna de louvor da humanidade é conhecer os pensamentos como eles realmente são – penetrar na realidade através da aparência.”

uma autenticidade (*Eingentlichkeit*) isso só poderia consistir nessa capacidade (ou que se lhe chame liberdade, pouco importa) de se furtar a qualquer imposição de uma essência” (FERRY-RENAUT, 1989, p. 10). Este é um antiessencialismo também bastante presente na obra rortyana que também poderia coincidir com Ferry-Renaut quando dizem que “o próprio do homem é não ter nada de próprio, a definição do homem é não ter definição, a sua essência é não ter essência [...] só o homem é nada” (op. cit., 1989, p. 10). A rigor, talvez o único reparo de Rorty seria em dizer que “a única essência do homem é não ter essência” (1999, p. 88). Vejo que o seu discurso se afastaria de definir a essência como ausência de algo ínsito a ela própria.

Esta objeção assinalada ao final do parágrafo anterior está representada por nossa preocupação quanto à impossibilidade de afirmação do conceito de verdade. Este é o viés filosófico que nos convida ao trabalho e diálogo com a filosofia de Emerson, Nietzsche, Dewey, James⁷ e Rorty⁸, as quais põem em dúvida tantas certezas e discursos científicos que os dias atuais todavia insistem em nos apresentar como sedutores.

Em boa parte, o conjunto de idéias acima é constitui o objeto de nossas reflexões mas, não obstante, é sobre isto que lançamos a sombra da dúvida, sobre se esta é uma certeza capaz de auxiliar-nos em nossa atividade de autoreconstrução. Isto abre portas para, como diz Rorty, tornar-nos uma versão melhor de nós mesmos ao lançarmos mão da imaginação – instituinte e detratora dos objetos que cria –, alimentada proficuamente pela literatura. A expansão dos horizontes de nossas vidas é o que as aproxima da idéia de que ela vale a pena ser vivida. Contudo, para que valha a pena, devemos desfrutar de liberdade e, como recorda Wilde, isto nunca ocorre quando somos forçados a parecer com os demais (cf. 1997, p. 55). Mas como podemos afirmar essa subjetividade libertária? Nossa perspectiva nesse trabalho é de que o papel que a literatura pode desempenhar nesse sentido é bastante promissor, enfim, realmente fértil, apresentando-se mais enriquecedora do que a filosofia e, por sua vez, uma nova fonte para o imaginário jurídico, antes mesmo do que conceder exclusivida-

⁷ Ralph Waldo Emerson (1803-1882), Friedrich Nietzsche (1844-1900), John Dewey (1852-1956) e William James (1842-1910).

⁸ Esta não é uma listagem que pretenda ser exaustiva. Não obstante, é mister destacar ainda um outro filósofo que pertence à esta mesmo estirpe de pensadores é Jacques Derrida, um dos mestres franceses também criticado por seu heideggerianismo. Esta é uma nota que visa ressaltar a importância do autor referentemente à temática e aos autores aqui abordados mas, contudo, sublinhar que a extensão do diálogo à sua filosofia ficará postergada para o desenvolvimento deste trabalho.

de aos arrazoados filosóficos tradicionais. A literatura parece mais capaz de potencializar nossa imaginação, inversamente ao papel mortificador e empobrecedor emprestado pelas certezas.

Não parece, e nem desejamos que nessas linhas tenhamos podido apresentar uma proposta perfeitamente acabada mas, antes, que ela possa ser recebida por todos como uma provocação ou convite à reflexão que, no melhor estilo rortiano, supõe, no limite, um aporte literário para que nos redescrivamos como seres humanos, cuja busca não dista demasiado da de tornar-nos melhores, reconstruir-nos a partir de novas leituras de nós mesmos.

Por fim, desejo expressar duas ideias nessas linhas que restam no desfecho desse trabalho. A primeira delas é de que não temos outra intenção senão a de estender convite ao debate com a esperança de que possa servir como um caminho para que pensemos nossos limites, para que voltemos a ocupar-nos de nossas potencialidades e as direcionemos para o desenvolvimento de uma atividade redescritiva como seres humanos, com o natural objetivo de tornar-nos melhores redescritões de nós mesmos.

A segunda e última ideia que desejo expor, e com ela concluo esta apresentação, é de que em nossa particular tarefa docente, paradoxalmente, nos propomos abrir mão do “ensinar”, entendido em sentido estrito, para passar a “provocar”. Aqui quero retomar Wilde quando nos recorda nossa grande falha em ensinar a lembrar coisas às pessoas mas não mostrar-lhes caminhos para que se desenvolvessem (cf. 1997, p. 33). Esta é não apenas uma das ideias inspiradoras da metodologia desse trabalho como uma grande mensagem às nossas reflexões particulares.

Para concluir a fala, quisera ainda recordar a sabedoria de Tugendhat em entrevista concedida quando preparava-se para palestrar na cidade paranaense de Curitiba no ano de 2003. Ali o filósofo alemão foi questionado acerca do relativo distanciamento de seu ofício profissional com a possibilidade de compreensão das pessoas comuns. A isto redarguiu ao entrevistador que em outra oportunidade estivera diante de uma plateia de 500 pessoas em Bogotá, dentre as quais apenas algumas contavam com formação filosófica. Concluía dizendo que “[...] eles não entenderam tudo, mas entenderam algo [...]” (TUGENDHAT, 2003, p. 127). Traço esta passagem para respeitosamente excusar-me pelas falhas nesta apresentação mas, tornando minhas as palavras do filósofo, externar minha vívida esperança de que a fragmentária e parcial exposição aqui realizada possa aos presentes, de alguma forma, atingir-lhes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **100 poemas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Madrid: Espasa-Calpe, 1990.
- CAVELL, Stanley. **Esta América nova, ainda inabordável. Palestras a partir de Emerson e Wittgenstein**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- EMERSON, Ralph Waldo. *O pensamento vivo de Emerson*. In: MASTERS, Edgar Lee. (Org.). **Biblioteca do Pensamento Vivo**. São Paulo: Martins, 1965.
- _____. *Caráter*. In: **Ensaístas Norteamericanos**. Vol. XXXIII. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1953. p. 255-272.
- FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Heidegger e os modernos**. Lisboa: Teorema, 1989.
- FINE, Arthur. *The Natural Ontological Attitude*. In: **The Shaky Game: Einstein, Realism and the Quantum Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Falsidade vs. mentira. Um mapa introdutório das teorias da verdade**. Disponível em: <<http://edsongil.wordpress.com/2007/05/12/falsidade-vs-mentira>>. Acesso em 7 jun. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *A volta ao historicismo*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 53-84.
- HORÁCIO. **Arte poética**. Lisboa: Editorial Inquérito, 2001.
- JAMES, William. *On Certain Blindness in Human Beings*. In: BURKHARDT, Frederick e BOWERS, Fredson. **Talks to Teachers on Psychology**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.
- _____. **Pragmatismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Ciência e Filosofia: o significado do retorno ao “mundo vivido” na Fenomenologia**. *Humanas*, n. 7-8, 1998-99, p. 51-67.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- PLATÃO. **Diálogos. Teeteto e Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- RILKE, Rainer Maria. **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**. Organização de Ulrich Baer. Tradução a cargo de Milton Camargo Mota. São Paulo: Martins, 2007.
- RORTY, R. Rorty: *Para emancipar a nossa cultura*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005a. p. 85-102.
- _____. *Verdade, universalidade e política democrática*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005b. p. 103-162.

- _____. *Resposta a Jürgen Habermas*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005c. p. 213-232.
- _____. *Sobre Verdade e justificação, de Habermas*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005d. p. 241-246.
- _____. *Grandiosidade universalista, profundidade romântica, finitude humanista*. In: SOUZA, José Crisóstomo de. (Org.). **Filosofia, Racionalidade, Democracia. Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005e. p. 09-12.
- _____. **Verdade e progresso**. São Paulo: Manole, 2005g.
- _____. **Filosofía y futuro**. Barcelona: Gedisa, 2002.
- _____. **Philosophy and Social Hope**. London: Penguin Books, 1999a.
- _____. **Achieving our country. Leftist Thought in the Twentieth-Century America**. Massachusetts: Harvard University Press, 1999b.
- _____. **Pragmatismo y política**. Barcelona: Paidós, 1998a.
- _____. *A conversation with Richard Rorty*. In: **An interview**. STOSSEL, Scott. *The Atlantic*. 23 abr. 1998b. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/bookauth/ba980423.htm>>. Acesso em 07 jun. 2008.
- _____. **Contingencia, ironia y solidaridad**. Barcelona: Paidós, 1996.
- _____. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- _____. **A filosofia sem salvação**. Entrevista a Bernardo Carvalho. Folha de São Paulo, 8 mai. 1994b. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_richard_rorty.htm> . Acesso em 8 jun. 2008.
- _____. *The Banality of Pragmatism and the Poetry of Justice*. In: BRINT, M. e WEAVER, W. (Orgs.) **Pragmatism in Law and Society**. Boulder: Westview Press, 1991. P. 89-97.
- RUSSEL, Bertrand. **Ensaios céticos**. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1970.
- SCHILLER, Johann Friedrich von. **Kallias ou sobre a beleza. A correspondência entre Schiller e Körner, janeiro-fevereiro de 1793**. Tradução e introdução de Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. In: LAMB, Charles and Mary. **Contos de Shakespeare**. Trad. de Mário Quintana. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1946. p. 131-142.
- TUGENDHAT, Ernst. **Entrevista**. Cadernos PET-Filosofia. Linguagem. UFPR/DEFI, n. 5, 2003, p. 123-131.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **Conhecimento e Política**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- WHITMAN, Walt. **Folhas de Relva**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- WILDE, Oscar. **Aforismos**. Rio de Janeiro: Newton, 1997.